

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Eduardo Lopes Pederneira

ENSINO CAMUFLADO:

A educação cívico-militar no Brasil

Rio de Janeiro
2024



Eduardo Lopes Pederneira

ENSINO CAMUFLADO:
A educação cívico-militar no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Professor orientador: Dr. Marcus Vinícius Gomes

Rio de Janeiro
2024

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

P371 Pederneira, Eduardo Lopes
Ensino camuflado : a educação cívico-militar no Brasil / Eduardo Lopes
Pederneira. - Rio de Janeiro, 2024.

18 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso
(Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio
Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Marcus Vinícius Gomes.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Educação militar. 3.
Conservadorismo. 4. Direita e esquerda (Ciência Política). 4. Escolas
públicas - Rio de Janeiro, RJ. I. Gomes, Marcus Vinícius. II. Colégio
Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Eduardo Lopes Pederneira

ENSINO CAMUFLADO:
A educação cívico-militar no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da

Aprovado em: 29/04/2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcus Vinicius Silva Gomes (Orientador)
TPGE - CPII

Prof. Dr. Rafael Luiz Leite Lessa Chaves
TPGE - CPII

Prof. Mr. Giam Carmine Cupello Miceli
PosGeo - UFF

Rio de Janeiro
2024

ENSINO CAMUFLADO:
A educação cívico-militar no Brasil

Eduardo Lopes Pederneira

Resumo: O objetivo deste artigo é entender e analisar o surgimento das escolas cívico-militares e como elas se distribuem pelo espaço fluminense a partir da rede estadual de ensino. Essas escolas surgem a partir de um aumento consistente dos movimentos de direita/extrema direita, no Brasil. Com a vitória do candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e como consequência a implementação de um programa de extrema direita, o decreto que dá origem ao programa de fomento às escolas cívico-militares faz parte de um projeto de país. Esse decreto tem como objetivo, por meio de parcerias e financiamento junto às unidades estaduais e municipais, aproximar escolas destes entes da federação, do modelo de escola militar já existentes no governo federal. Entretanto este projeto vai ao encontro de um desejo de parte da sociedade por aumento do conservadorismo ou até mesmo, reacionarismo. Por fim, essas escolas possuem uma distribuição pelo espaço fluminense seguindo um padrão em que a maioria das escolas se encontra fora da região metropolitana e em cidades de menor nível de renda.

Palavras-chave: escolas cívico-militares; Rio de Janeiro; educação; militarização.

CAMOUFLAGED TEACHING:
Civic-Military Education in Brazil

Abstract: The objective of this article is to understand and analyze the emergence of civic-military schools and how they are distributed throughout Rio de Janeiro based on the state education network. These schools arise from a consistent increase in right-wing/extreme-right movements in Brazil. With the victory of candidate Jair Bolsonaro in the 2018 elections and as a consequence the implementation of an extreme right-wing program, the decree that gives rise to the program to promote civic-military schools is part of a country project. This decree aims, through partnerships and financing with state and municipal units, to bring schools from these entities of the federation closer to the military school model that already exists in the federal government. However, this project meets a desire on the part of society for increased conservatism or even reactionaryism. Finally, these schools are distributed throughout Rio de Janeiro following a pattern in which the majority of schools are located outside the metropolitan region and in cities with lower income levels.

Keywords: civic-military schools; Rio de Janeiro; education; militarization.

1 INTRODUÇÃO

A educação pode ser libertadora, quando desenvolvida pensando na capacidade de reflexões críticas dos alunos. Educar, inicialmente, não deve ser vista apenas como algo de cima para baixo, é claro, a formulação de políticas públicas para a área prevê instâncias burocráticas superiores que acreditamos serem capazes de pensar essa e várias outras áreas fundamentais para a sociedade. Entretanto, a educação necessita da participação de outros níveis federativos e da sociedade civil. Pensar a educação de um país passa por entender as demandas sociais, o projeto de país que se almeja desenvolver e o avanço das técnicas e do conhecimento científico.

O brasileiro nos últimos anos esteve envolvido em uma série de disputas políticas, com impactos na economia, na saúde, na mobilidade e educação (Nunes; Traumann, 2023). Essa disputa ultrapassa os limites ao não se respeitar instituições, liberdades individuais e decisões democráticas. Essa situação impactou em nosso país no tipo de sociedade que queríamos, fez surgir ou se ampliar, o desejo pelo retorno de uma ideia de país que ficou no passado, onde se pensa ter existido ordem, segurança e progresso econômico. A utopia presente em nossa sociedade (e neste caso nos referimos a cidadãos do espectro político de esquerda e direita) talvez passe por estes anseios: segurança e ordem para garantir a propriedade privada e poder consumir como bem entende. Os grupos sociais que passam a se organizar e consolidar uma identidade conservadora e/ ou reacionária começam a ter capacidade de influenciar e disputar os rumos dos currículos educacionais. Arroyo (2019) em seu trabalho, “Currículo, território em disputa” nos ajuda a entender que esse espaço está em disputa entre Estado, docentes, discentes e organizações da sociedade civil em geral. Para o autor o currículo está cada vez mais pressionado por grupos da sociedade e isso, em nosso texto, pode ser observado pela capacidade que grupos conservadores possuem em defender o crescimento de escolas cívico-militares. Segundo o autor, grupos sociais passam a defender a presença do resultado de suas lutas, no currículo.

A necessidade por ordem e progresso para uma parte da sociedade trouxe proeminência para grupos políticos alinhados aos seus pensamentos passassem a gerir a máquina pública. E seguindo o que se esperava, o governo que saiu vitorioso das eleições de 2018 iniciou uma série de políticas buscando atender os desejos de uma parte da sociedade e por isso, dentro das políticas educacionais, interesse deste artigo, desenvolveu um projeto de educação que tentasse fomentar nas futuras gerações uma espécie de respeito à hierarquia, o respeito aos militares e um ambiente escolar vigiado.

Pretendemos neste trabalho analisar e refletir sobre as escolas cívico-militares, desenvolvidas a partir de um decreto do governo federal em parceria com forças armadas e governos estaduais e municipais, assim como uma compreensão espacial de como este decreto tomou forma no estado do Rio de Janeiro. Essa parceria se apresenta a partir de um debate curricular específico, a presença de militares na gestão e monitoria das escolas, e apoio financeiro. Essas unidades escolares não são criadas a partir de um objetivo puramente pessoal de um governante, mas da observação que existia na sociedade uma demanda por este modelo de educação, observável até mesmo nas escolas privadas. A ordem e hierarquia não são os únicos anseios, mas a busca por resultados e crescimento pessoal também, ou seja, acredita-se que um determinado modelo de escola, que retire a diversidade presente entre os jovens e as variadas ideologias irão permitir melhores resultados. Contudo, esse programa possui um impacto espacial, que se refletem e reproduzem na sociedade.

Para alcançar os objetivos deste trabalho pretendemos fazer uso de decretos oficiais que deram legitimidade e arcabouço para a criação das escolas cívico-militares. Também faremos uso de dados presentes em observatórios e na secretaria de educação do Rio de Janeiro, assim como resultados do IDEB do ministério da educação. O material jornalístico

funcionará como forma de preencher lacunas temporais e discursos que nos ajudem a compreender o fenômeno estudado.

O material teórico constituídos pelos trabalhos de Arroyo, Freire e Lobato Corrêa, serão fundamentais como forma de nos fornecer ferramentas que nos ajudem a entender o objeto de estudo. Os dados, decretos e outros materiais usados nos fornecerão as bases para uma análise do programa criado e sua distribuição espacial no estado do Rio de Janeiro, que será melhor compreendido por meio de um mapa que nos mostre a distribuição das escolas estaduais cívico-militares pelo Rio de Janeiro. Portanto, pretendemos recuar para o momento em que o programa é criado, em 2019, até o ano de 2023, quando o programa é finalizado pelo governo federal e entregue aos estados de forma individual caso queiram continuar com o programa. Nos próximos capítulos pretendemos apresentar essa política educacional, seu reflexo na sociedade e seus desdobramentos mais recentes.

2 O ECIM

As escolas cívico-militares são criadas a partir do Programa de escolas cívico-militares (Pecim) do governo federal. Esse programa é criado em 2019 como parte da política educacional do novo governo. O objetivo do programa era ser empregado em escolas públicas regulares com maus resultados no exame Ideb e que atendessem alunos em situação de vulnerabilidade. O programa, enquanto ainda existia, era desenvolvido pelo ministério da educação com participação do ministério da defesa e governos estaduais e municipais.

Segundo o Observatório Social Pecim, existem atualmente 118 escolas do tipo, sendo 101 certificadas. Segundo o site, a região sul é onde mais se encontra escolas do tipo, com 25 unidades. Além das unidades em parceria com o governo federal, as unidades da federação possuem programas paralelos, elaborados em parceria com as polícias militares e o corpo de bombeiros.

Tabela 1: Dados relacionados as regiões brasileiras onde se localizam essas escolas (Escolas que aderiram nos anos de 2020/2021)

| | Norte | Sul | Centro-Oeste | Nordeste | Sudeste |
|----------------------|-------|-----|--------------|----------|---------|
| Escolas certificadas | 21 | 25 | 15 | 19 | 21 |

Fonte: Observatório social Pecim (2021)

Como se pode observar na tabela extraída do observatório social Pecim há um certo equilíbrio na distribuição regional das Ecim. Contudo, quando analisamos considerando o tamanho da população de cada região podemos notar maior presença das escolas nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

Em março de 2024 o governador de São Paulo, Tarcísio Freitas enviou para a assembleia do estado de São Paulo, Alesp, um projeto de lei que cria escolas cívico-militares em São Paulo, segundo o governador o objetivo é chegar a 100 escolas do tipo e que está seja uma marca de seu governo. Segundo o governador, em matéria do jornal Valor econômico, esse tipo de escola agrega “civismo, brasilidade e disciplina” (Agostini e Venturini, 2024). Na mesma matéria o governador diz que além da criação das escolas cívico-militares, estaria nos planos a criação do Colégio da Polícia Militar.

Segundo o decreto que cria o programa, o Pecim seria voltado para uma política complementar a outras políticas educacionais. Como previsto no decreto seria considerado Ecim, entre outras prerrogativas:

V - gestão de processos educacionais - promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula; (Brasil, 2019)

Já entre os objetivos das Ecim, estaria: “VIII - contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares”. O modelo de escola, integrado ao Plano nacional de educação de 2014, era focado na ampliação do acesso à educação, contudo, orientado para um modelo de escola mais parecido com os tempos do ensino da Moral e Cívica, disciplina existentes durante o regime militar brasileiro. O capítulo três (sobre as diretrizes) do decreto traz dois preocupantes parágrafos quando se pensa em educação que acreditamos. As diretrizes previstas são:

VIII - viabilização da contratação pelas Forças Armadas de militares inativos como prestadores de tarefa por tempo certo para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa;

XI - emprego de oficiais e praças das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa. (Brasil, 2019)

Essas diretrizes não são preocupantes por terem militares na gestão escolar, simplesmente. São preocupantes por colocarem nas escolas, ocupando cargos voltados para assuntos didáticos-pedagógicos, pessoas que não necessariamente tenham formação e conhecimento da área. Ocupando o cargo por simplesmente ser militar. Qual objetivo desta diretriz? A formação dos alunos ou o respeito a hierarquia militar? No parágrafo 2º do capítulo cinco do decreto que versa sobre o modelo do programa, diz que “A gestão na área didático-pedagógica será alcançada por meio de ações relacionadas à supervisão escolar, ao apoio pedagógico, à psicopedagogia, à avaliação educacional e à proposta pedagógica.” Causa preocupação a área psicopedagógica ficar, possivelmente, a cargo de policiais militares. De que forma isso se daria? Psicólogos contratados pela corporação? Profissionais da área que já atuam na corporação policial? Essas questões são importantes pois caso esse tipo de acompanhamento seja feito por policial cedido, tendo em vista a sobrecarga de trabalho desses profissionais (Costa; Lipp; Nunes, 2017), os riscos que correm e os vários traumas que passam, como seria feito um trabalho de qualidade com os jovens destas escolas?

Outros pontos do capítulo cinco chamam atenção, quais sejam, os artigos 11 e parágrafo 1º:

Art. 11. O modelo de Ecim é o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. (Brasil, 2019)

Pelo trecho destacado podemos discutir a falta de um planejamento realmente educacional. A proposta parece acreditar na disciplina como forma de desenvolvimento e emancipação crítica da sociedade.

2.1 As diretrizes do programa

No documento que contém as diretrizes das Ecim, ainda na apresentação é estabelecido que o programa seria voltado para as “[...] escolas públicas que possuam baixo Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade.” Entre as atribuições dos monitores (que são formados por militares) está a realização de “rondas” para identificar se os alunos estão

faltando suas atividades. A participação dos oficiais no dia a dia dessas escolas é bastante ampla, indo da conservação do patrimônio escolar, à participação nas reuniões pedagógicas. Esse oficial é o coordenador dos monitores, atuando na disciplina dos alunos. Além disso, alguns atributos dos monitores chamam atenção, como:

- I – estimular o sentimento de amizade e solidariedade entre os alunos;
- V – contribuir para a formação ética, afetiva, social e simbólica dos alunos, promovendo conversas, relatos de experiências e retirada de dúvidas sobre diferentes assuntos;
- XI – desenvolver nos alunos o espírito de civismo, contribuindo para que os discentes entendam a importância da realização e participação dos cultos aos Símbolos Nacionais.
- XIX – ensinar a correta utilização dos uniformes aos alunos de acordo com as orientações previstas; XX – entoar o Hino Nacional, o Hino do Estado, o Hino do Município e o Hino à Bandeira aos alunos. Outras canções podem ser ensinadas e cantadas na escola, depois de autorizadas pelo Diretor Escolar; (Brasil, 2021)

Analisando as diretrizes, parece estar no monitor a atuação mais forte das forças militares. Já que seria por meio desses atores, em contato mais direto com os alunos, que as diretrizes seriam postas de forma mais presente. A necessidade de fiscalização dessas atividades são fundamentais no intuito de evitar exageros na aplicação das diretrizes. Contudo, segundo o artigo 27 das diretrizes os monitores não são militares e estão vinculados a um Projeto Político Pedagógico “[...] cujos parâmetros vinculam-se à legislação educacional brasileira.” (Brasil, 2021). Portanto, dessa forma, cabe aos militares que trabalham junto aos monitores avaliar e gerir a atuação dos monitores, já que dentro das escolas estariam subordinados à um oficial. O Julgamento da presença de monitores e militares nesta pesquisa não parte de uma discordância ideológica ou opinião pessoal com relação a relevância e capacidade dos militares para trabalhar com educação, mas sim com relação a como a educação desses jovens é tratada.

3 O ENSINO CÍVICO-MILITAR

O debate político brasileiro, parecido com outros lugares do planeta, está estreitando o centro político, tanto a esquerda quanto a direita, e definindo mais rigidamente as opiniões em direção aos extremos. Esse fenômeno que muitos definem popularmente como um processo de polarização política afeta não apenas as conversas corriqueiras entre familiares e amigos, mas principalmente, o debate de políticas públicas. Debates sobre esse fenômeno podem ser acompanhado como o presente no trabalho de Nunes e Traumann (2023), no livro “Biografia do abismo”. A polarização aqui referida não é a que sempre existiu nas disputas políticas, em que se enfrentavam dois grupos políticos rivais. Nos referimos a uma polarização de ideias mais bem definidas e que não se permitem o diálogo para busca de consenso. Essa necessidade de definir e marcar muito bem as decisões da administração pública, afeta a criação e implementação de políticas públicas. Uma delas, que aqui pretendemos estudar, se enquadra nas políticas voltadas para o setor que talvez seja o mais importante de uma sociedade junto com a cultura, a política educacional.

O debate educacional não é importante apenas por motivos práticos, como bons resultados em exames, mas principalmente para a emancipação pessoal e para a construção de uma sociedade. O modelo de política educacional seguido irá impactar o modo como a sociedade defende seus interesses e colabora para a administração do Estado. Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do oprimido” (2017) nos ajuda a compreender a educação como uma forma de transformação da sociedade, dando a ela a possibilidade de enxergar criticamente e autonomamente as contradições e fenômenos ao seu redor. Por isso o autor pensa a educação

como podendo ser de duas formas, uma bancária e outro problematizadora, enquanto a primeira é mais conservadora por aceitar manter as estruturas de classe da sociedade, a segunda seria mais libertária por prever maior autonomia da sociedade enquanto pessoas que se colocam no mundo. Neste sentido, a educação cívico-militar de origem possui um sentido contrário a educação problematizadora, sendo a força militar aquela que tem como função manter o status quo do país. Em a “Pedagogia da autonomia” (1996) o autor tenta refletir mais sobre as possibilidades de liberdade que o conhecimento possibilita, aumentando nossa capacidade de refletir sobre os fenômenos ao redor. Um conhecimento construído com o outro e não um conhecimento construído a partir de uma estrutura hierárquica, em que se despeja a sabedoria de cima para baixo.

3.1 Escolas cívico-militares administradas pelo Estado do Rio de Janeiro

De acordo com dados presentes no site da Seeduc (Secretaria de Estado de Educação) do Estado do Rio de Janeiro, existiam para o segmento do ensino fundamental em modelo de tempo integral cinco escolas integrais. Segundo o site da secretaria o foco desta modalidade seria:

[...] o fomento dos valores e princípios militares, baseados na disciplina, hierarquia, respeito mútuo, cooperação e civismo. Tem como base o aperfeiçoamento das dimensões do ser humano de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes. (Educação integral, Governo do Estado do Rio de Janeiro)

Além disto, o objetivo do projeto seria voltado para o foco na conduta e postura frente aos desafios da vida “[...] com observância das leis, regulamentos, normas, disposições de forma geral, além de promover a interação com a tecnologia por meio de conhecimento básicos e mídias sociais.” O objetivo parece mais uma tentativa de atender os anseios de uma fração da sociedade e ao mesmo tempo colocar militares nas escolas como forma de legitimidade do programa. As escolas estaduais do tipo são: CE Joaquim Vital Vieira, no Município de Areal – Bairro: Fazenda Velha; CE 1º SGT BM Luiz Carlos Gonçalves Fischer, no Município de Carmo – Bairro: Ilha dos Pombos; CE 2º TEN. BM Sérgio Rodrigues da Silva no Município de Cordeiro – Bairro: Centro; CE Professora Sônia do Amaral Torres no Município de Miracema – Bairro: Jardim Beverly; CE SUBTEN. PM Cláudio Hentzy Ferreira no Município de Santo Antônio de Pádua – Bairro: São Félix. Todas as escolas do seguimento do ensino fundamental geridas pela secretaria estadual de educação voltadas para o ensino militarizado são localizadas fora do Município do Rio de Janeiro e da região metropolitana.

O mais interessante é que tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio essas escolas são apresentadas como possíveis itinerários integrados, juntamente com empreendedor, inovador e tantos outros.

No caso do ensino médio existe maior número de escolas do tipo e algumas na região metropolitana. Esse cenário pode ser em decorrência do fato de o ensino fundamental ser gerido pelos municípios, com o estado apoiando em caso de necessidade municipal. Como o ensino médio é gerido pelo estado, existe maior número de escolas do tipo. São elas:

Tabela 2: Dados referentes às unidades cívico-militares do estado do Rio de Janeiro

| Unidade | Local | Parceria | Ano de implantação | IDEA – Ensino médio | Nível Sócio econômico |
|--|------------------------------------|-----------------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|
| CE SGT PM Antônio Carlos Oliveira de Moura | Praia do Hospício - Araruama | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE Joaquim Vital Vieira | Fazenda Velha - Areal | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE 1º SGT BM Luiz Carlos Gonçalves Fischer | Ilha dos Pombos - Carmo | Corpo de Bombeiros | 2020 | - | - |
| CE 2º TEN. BM Sérgio Rodrigues da Silva | Centro - Cordeiro | Corpo de Bombeiros | 2020 | - | - |
| CE Nova Campina | Nova Campina – Duque de Caxias | Polícia Militar | 2021 | 0,97* | IV |
| CE Professora Sônia do Amaral Torres | Jardim Beverly - Miracema | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE Aníbal Benévolo | Monte Castelo - Resende | Polícia Militar | 2020 | 0,79* | - |
| CE CB PM Raphael de Oliveira Monteiro | Cidade Nova – Rio Bonito | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE Subten. PM Cláudio Hentzy Ferreira | São Félix – Santo Antônio de Pádua | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE CEL PM Marcus Jardim | Alcântara – São Gonçalo | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE Subten. PM Marco Antônio Gripp | Galo Branco – São Gonçalo | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| CE CB BM Flávio Uanderson Rodrigues de Freitas | Morro da CTB – Três Rios | Corpo de Bombeiros | 2020 | - | - |
| C.E. Patrono Duque de Caxias | Duque de Caxias | Polícia Militar | 2020 | - | - |
| C.E. Rotary Ciep 403 | Itaperuna Volta | Polícia Militar Corpo de | 2023 2022 | 5,10 0,84* | IV - |

| | | | | | |
|-----------------------------|----------------|--------------------|------|--------|----|
| Maria de Lourdes Giovanetti | Redonda | Bombeiros | | | |
| Ciep 494 Alexandre Carvalho | Miguel Pereira | Corpo de Bombeiros | 2022 | - | - |
| Ciep 048 Djalma Maranhão | Itaguaí | Corpo de Bombeiros | 2023 | 3,30** | IV |

*Indicador de rendimento – 2021

Fonte: SEEDUC

** Dados referentes a 2019. Sem informações de 2021, apenas indicador de rendimento.

A partir das informações contidas na tabela acima elaboramos um mapa como forma de melhor compreendermos a espacialização das escolas cívico-militares. A características de ser uma política que busca espalhar as unidades para regiões mais distantes da capital do estado e sua região metropolitana fica mais nítido com a espacialização que o mapa nos fornece. Com exceção do norte do estado e região da Costa Verde, todas as outras regiões do estado possuem unidades cívico-militares estaduais. Lobato Correa (1996) discute como o capital passa a influenciar no modo como a sociedade ocupa o espaço. O autor nos lembra que a partir do século 20 a ideia de classe social deixa de ser uma simples diferença entre aqueles que possuem os meios de produção e a parte da sociedade que precisa vender sua mão de obra, a ideia de classe social passa a incorporar a possibilidade de consumo, a ocupação do espaço. Lobato nos lembra a localidade diferenciada, nesse sentido o fornecimento de serviços se apresenta de maneira diferente em diferentes partes da cidade.

Para Lobato (1995) o espaço urbano é um produto social, é o resultado de ações ao longo do tempo, que são realizadas por agentes que vivem e consomem este espaço. Na localização das escolas cívico-militares embora vejamos apelo pelo conservadorismo em parcela expressiva da sociedade, este tipo de educação recebeu maior atenção pelo estado do Rio de Janeiro em municípios de menor população, com exceção de São Gonçalo e Duque de Caxias, havendo maior concentração nas regiões mais distantes este tipo de educação, como podemos notar no mapa a seguir.

Mapa: Distribuição das escolas estaduais cívico-militares pelo Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ (2014) e SEEDUC. Elaborado por: Marcelo Dantas

No mapa acima podemos observar de forma clara a distribuição das escolas cívico-militares pelo estado do Rio de Janeiro. Com exceção das unidades localizadas em Duque de Caxias, São Gonçalo e Itaguaí, todas as outras estão fora da região metropolitana do estado. Chama atenção não haver nenhuma escola do tipo na capital. Destaca-se também que a unidade de Itaguaí é recente, de 2023. Outros dados chamam atenção no levantamento, como a concentração de escolas criadas em 2020, com apenas uma unidade em 2021, duas em 2022 e novamente duas em 2023. O maior número de escolas criadas coincide com ano de eleições municipais, indicando maior proximidade das administrações municipais com o governo estadual no ano das eleições. Em muitos municípios menores, quando a administração local não consegue fornecer o número de vagas escolares, é o governo estadual quem viabiliza a ampliação da rede. Contudo, mesmo antes do fim do governo passado e o fim do programa no atual governo, este tipo de escola parecia indicar menor atratividade. Quanto aos resultados alcançados no IDEB e que poderia ser um tipo de incentivo para continuidade do programa, carece de dados para embasar essa análise. No site da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) não existem dados referentes ao índice alcançado na maioria das escolas. Apenas uma unidade, o colégio Rotary, em Itaperuna, possui um índice divulgado, em outras três escolas apenas podemos ter acesso ao indicador de rendimento e no CIEP de Itaguaí temos o Ideb divulgado, contudo referente a 2019. Ou seja, podemos indicar que após o processo de transformação em escola cívico-militares esses dados pararam de ser divulgados ou as escolas não fizeram parte do levantamento, o que é negativo para acompanhamento de um programa novo, que exige recursos públicos e que necessitaria de uma fiscalização.

A mesma deficiência de dados referentes a essas escolas notamos no indicador de nível socioeconômico dos alunos da escola. Apenas três escolas possuem este dado informado

no site da SEEDUC, sendo duas dessas escolas inaugurada em 2023. A falta de informações de indicadores importantes nessas escolas poderia ser em decorrência do tempo que possuem para ter esses dados compilados, são escolas recentes, de apenas 3 ou 4 anos, contudo, quando achamos dados do IDEB e nível socioeconômico, em sua maioria são nas unidades mais recentes. Em tempos de política tão polarizada com posições tão definidas, seria importante para estas unidades serem mais transparentes possíveis, para até mesmo legitimar e dar continuidade ao programa. A transparência é aspecto fundamental do funcionamento da máquina pública, e em programas tão importantes, como educacionais, deveriam ser ainda mais afirmados.

Das 17 escolas criadas no estado do Rio de Janeiro em parceria com forças de segurança, apenas 6 são em parceria com o corpo de bombeiros e todo o restante com a polícia militar. Geograficamente não é possível apontar um padrão, com exceção do fato de apenas a unidade de Itaguaí, inaugurada em 2023, seja em parceria com o corpo de bombeiros e esteja na região metropolitana. Este é outro indicador que deveria ser mais transparente, informando como funciona fiscalmente este tipo de parceria e qual a diferença prática entre os dois tipos de parceiros, para que compreenda o motivo de haver mais do que o dobro de escolas em parceria com a polícia militar.

Em projeto de ampliação das escolas cívico-militares em São Paulo, o governador destaca que as escolas devem ficar em áreas de vulnerabilidade social, escolas com índices de rendimento inferiores à média estadual, junto aos indicadores de vulnerabilidade social e fluxo escolar (Agostine; Venturini, 2024). Observando a localização das escolas no Rio de Janeiro Cívico-militares geridas pelo governo estadual, podemos notar uma distribuição por bairros periféricos e com níveis de renda consideravelmente inferiores aos bairros mais centrais. As escolas cívico-militares no Rio de Janeiro, assim como o projeto de lei de São Paulo, parecem se distribuir de acordo com os índices de vulnerabilidade social. Muitas escolas além de localizadas em áreas mais afastadas se encontram, em grande número, fora da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as escolas listadas acima.

Além das críticas que possam ser feitas a este tipo de escola por uma perspectiva pedagógica, existiam falhas burocráticas, como ter sido viabilizada por muito tempo por meio de decretos, e ter sido repassado dinheiro federal para o ministério da defesa executar o programa, enquanto recursos para Fundeb foram reduzidos (Fernandes, 2024). Portanto, se estruturou uma política que criou preferências quanto à distribuição dos recursos federais, algo que iria contra a isonomia. No caso do Paraná, onde existem 195 escolas do tipo mantidas pelo governo estadual, apenas 14 se localizam na capital, Curitiba, o que representa menos de 10% do total. Geograficamente, são escolas que se distribuem em sua maioria fora dos grandes centros urbanos e que possuem como objetivo atender áreas de maior vulnerabilidade social, embora essas áreas também existam nos grandes centros urbanos.

A maioria das escolas se localiza em municípios mais empobrecidos e que enfrentam mais problemas de segurança pública. O objetivo e currículo não se diferencia muito do apresentado para o Ensino Médio, parecendo mais uma propaganda do que algo estruturado com objetivos concretos. O que pode ser avaliado como um processo de atração da corporação policial para dentro da escola, junto de todos os conflitos que possam carregar. Segundo matéria do jornal O dia, desde 2019 o governo do Estado do Rio de Janeiro teria aberto 16 escolas cívico-militares por conta própria, ou seja, apenas com a participação da polícia militar e corpo de bombeiros. (O dia, Governo do Rio pretende ampliar o número de escolas cívico-militares, 2023)

4 A CONTINUIDADE DO PROGRAMA

Em 2023 o governo federal decretou o fim do programa no âmbito federal. Para que tivesse continuidade, os demais níveis administrativos do país deveriam bancar por conta própria, sem mais o apoio financeiro federal e das forças armadas, mantendo o programa voltado para polícias militares e corpo de bombeiros. Em entrevista para o canal CNN o ministro da educação disse que o fim do programa não seria político, mas sim pedagógico, uma questão técnica. Segundo o ministro não há previsão deste tipo de escola na LDB (Lei de diretrizes e bases da educação) nem no plano nacional de educação. Segundo o ministro, os maiores problemas do programa seriam “[...] a baixa adesão das escolas públicas, a subutilização dos recursos reservados e uma distorção na valorização dos professores [...]” (ISMERIM, 2023).

Em números, o ministro diz que 202 escolas haviam aderido ao programa. Como o país possui 138 mil escolas, apenas 0,15% do total havia aderido ao programa. Contudo, até 2023 108 escolas já tinham saído do programa. Dos recursos repassados pelo ministério apenas 0,24% do total tinha sido gasto. Com relação a distorção nos salários o ministro diz que enquanto existiam professores ganhando cinco mil reais, existiam militares ganhando bolsas de nove mil reais, fora seus salários. O ministério afirma ainda que o programa será mantido até o fim do ano, sendo a partir de então negociado com os secretários estaduais e municipais uma transição para seus âmbitos locais de administração.

Segundo matéria da Carta Capital, dezenove estados do país decidiram continuar com o programa, 15 destes sem alterar o número de escolas, sendo eles: Acre, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Outros estados dizem que irão continuar com o programa, embora realizem redução do mesmo, sendo esses estados: Distrito Federal, Roraima, Ceará, Paraíba e Espírito Santo. Somente um estado prevê acabar com o programa, trata-se de Alagoas. A matéria da revista e do canal de notícias mostra que, embora o programa não tenha alcançado números expressivos, a manutenção do tipo de escolas no nível regional mostra demanda pelo programa. Fica claro que até mesmo em estados administrados por governadores filiados a partidos de esquerda o programa terá continuidade. A matéria da revista Carta Capital traz um outro número, embora tenham sido abertas 200 escolas com apoio federal, outras 600 tinham sido abertas pelos governos estaduais por conta própria. A demanda por escolas militarizadas é presente na sociedade. Entretanto, entre afirmar o desejo de continuar com o programa e efetivamente dar continuidade existe uma distância. Os reais caminhos que serão tomados em nível local só serão conhecidos com o tempo (Carta Capital, 2023).

5 CONCLUSÃO

Por meio dos dados obtidos nesta pesquisa podemos observar uma política que teve aceitação pelo país, seja pelas administrações públicas, seja pela sociedade. Contudo embora tenha tido adesão de 202 escolas, ainda representam apenas 0,15% das unidades escolares do país. A demanda por um modelo de escola que defenda maior hierarquia e controle parece bastante aceita. Isso pode ser notado quando mesmo com a mudança de governo após as eleições de 2022 e o consequente fim do programa de escola cívico militares em 2023, vários governos regionais decidiram permanecer com o programa. A continuidade ou não das escolas cívico-militares após seu fim dependem de acompanhamento contínuo por observatórios e outras pesquisas sobre o tema.

No estado do Rio de Janeiro observamos que as escolas se distribuem fora da região metropolitana, e as que se encontram na região metropolitana, apenas três, se localizam em municípios limítrofes à capital, inexistindo escolas do tipo Ecim geridas pelo estado, na capital fluminense. As unidades analisadas, 17 no total carecem de dados importantes, como nível socioeconômico dos alunos e resultados do IDEB, essa realidade pode ser causada devido ao período que foram criadas, entre 2020 e 2023, precisando maior período para que se possa colher mais dados com o tempo. Contudo, a necessidade de se fornecer dados sobre essas escolas deve fazer parte de fiscalização constante como forma de acompanhar os resultados que possam estar sendo alcançados e assim fazer uma análise sobre a pertinência da política ou não.

Impactos desde modelo de educação necessitam de mais dados e por um período maior do que o utilizado nesta pesquisa, que se restringe aos últimos 4 anos, indo de 2019 a 2023. Entretanto, parece existir a demanda de uma parcela da sociedade (pequena, tendo em vista o número de escolas cívico-militares existente) que acredita no modelo educacional proposto pelo governo anterior. Enquanto política pública esse modelo de educação precisa ser encarado como tendo um espaço já que possui demanda, contudo reconstruído visando maior diminuição das desigualdades sociais, maior acesso à cultura e ferramentas para que os jovens que saíam dessas escolas tenham capacidade de se colocar e entender o mundo.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Cristiane; VENTURINI, Lilian. Em novo aceno ao bolsonarismo, Tarcísio envia à Assembleia projeto que cria escolas cívico-militares. *Valor Econômico*: São Paulo, 07 Mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/em-novo-aceno-ao-bolsonarismo-tarcisio-envia-a-assembleia-projeto-que-cria-escolas-civico-militares.ghtml>. Acesso em: 07 Mar. 2024.
- ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. 5º ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013.
- BRASIL. Decreto Nº 10.004, De 05 de Setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília.
- BRASIL. Diretrizes das escolas cívico-militares. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, 2ª Edição, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 10 Mar. 2024.
- CHALOUB, Jorge; MEDEIROS, Josué; LIMA, Pedro. O impacto do golpe de 2016 e o futuro da democracia brasileira. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 20 Ago. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-impacto-do-golpe-de-2016-e-futuro-da-democracia-brasileira/>. Acesso em: 10 Mar. 2024.
- CORRÊA, Roberto. L. (1996 [6. ed., 2011]). *Trajetórias Geográficas [Geographical Trajectories]*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CORRÊA, Roberto. L. *O Espaço Urbano*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- COSTA, Keila; LIPP, Marilda; VANESKA, Nunes. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. *Rev. Psicol., Organ. Trab.* vol.17 no.1 Brasília, 2017.
- DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge, orgs. *O tempo do liberalismo oligárquico: Da proclamação da república à revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.
- DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge, orgs. *O tempo do Nacional-Estatismo: Do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.
- DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge, orgs. *O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.
- DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge, orgs. *O tempo do regime autoritário: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.

DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge, orgs. O tempo da nova república: Da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, Maria. Análise: Disciplina militar que falhou contra vandalismo é colocada para vigiar corte de cabelo. Valor Econômico, São Paulo, 07 Mar, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/analise-disciplina-militar-que-falhou-contra-vandalismo-e-colocada-para-vigiar-corte-de-cabelo.ghtml>. Acesso em: 07 Mar. 2024.

ISMERIM, Flávio. Fim das escolas cívico-militares não é questão política, mas sim pedagógica, diz ministro à CNN. CNN Brasil, São Paulo, 18 Jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fim-das-escolas-civico-militares-nao-e-questao-politica-mas-sim-pedagogica-diz-ministro-a-cnn/>. Acesso em: 05 Mar. 2024.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade. Companhia das Letras, 2023.

NUNES, Felipe; Traumann, Thomas. Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2013.

RIO DE JANEIRO. Educação integral. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/cidad%C3%A3o/educa%C3%A7%C3%A3o-integral>. Acesso em: 10 Mar. 2024.

SSHWARCZ, Lilia M.; Starling, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

XAVIER, Getulio. Governadores bolsonaristas contrariam MEC e vão manter escolas cívico-militares. Carta Capital, Educação, 13 Jul. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/governadores-bolsonaristas-contrariam-mec-e-vaomanter-escolas-civico-militares/>. Acesso em: 05 Mar. 2024.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa surge num momento de busca por respostas a algumas inquietações. A necessidade de compreender o crescimento das escolas cívico-militares num momento de grande crescimento de opiniões conservadoras. Tendo chegado ao fim com essa pesquisa, gostaria de primeiramente agradecer ao meu amor, minha esposa Helena Dantas, que sem sua companhia e interlocução não seria possível terminar.

Gostaria de agradecer minha família, meus pais Simone e Marcelo Pederneira e minhas irmãs, Marcella e Isabella Pederneira. Assim como meus amigos da vida e os da turma de especialização de 2022 do Colégio Pedro 2.

Gostaria de fazer um agradecimento ao meu orientador Marcus Vinícius Gomes pelas leituras cuidadosas e paciência. E a todo o corpo discente do curso de especialização do Colégio Pedro 2.

Por fim, agradecer a companhia dos seres de quatro patas, Thelma e Louise, que estiveram debaixo da minha mesa durante os momentos solitários de escrita.